

LEONARDO MOTA NETO

12 FEV 1988

Maçiel dá o mapa *Auc p 2*

CORREIO BRAZILIENSE

A votação sobre o sistema de governo é o ponto referencial de todo o processo de formulação constitucional, constata o senador Marco Maçiel, dizendo acreditar que até junho, no máximo, tudo estará votado, a nova Constituição promulgada, e a Justiça Eleitoral pronta, se der quatro anos, para processar imediatamente os termos legais da eleição presidencial em 15 de novembro deste ano, ou data próxima. (Nesse ponto, Maçiel lembra que o ano político-institucional não é o mesmo ano gregoriano: eleições podem ser marcadas, por exemplo, para 2 de dezembro, 10 de janeiro, 15 de março, assim por diante.)

O presidente Marco Antônio Maçiel, preparando a convenção nacional do PFL, em 28 de março, comunga das mesmas convicções do presidente Ulysses Guimarães, que igualmente prepara a convenção do PMDB: até meados deste ano, por fadiga mesmo dos materiais de discussão e votação, a Constituinte deverá encerrar seus trabalhos. A questão vital é o sistema de governo, a ser votado ao longo de abril, quem sabe em março, o que definirá todo o cenário político, em torno dessas alternativas apresentadas pelo senador:

1. Se der parlamentarismo — será estimulado o movimento pró-cinco anos de mandato do presidente Sarney, e haverá paralelamente um estímulo forte para que a eleição municipal de 88 seja transferida para 89, a fim de coincidir com a de Presidente e Vice-Presidente da República. Os constituintes — acredita Marco Maçiel —

manifestam resistência inata à idéia de três eleições sucessivas: em 88, para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, outra em 89, e uma terceira em 90, para governadores, vice-governadores, dois terços do senado, deputados federais e estaduais. É muita eleição.

2. Se der presidencialismo (como é a tendência hoje de pelo menos setenta por cento da Constituinte) — ficará em quatro anos o mandato do presidente Sarney, com eleições municipais confirmadas para este ano, conjuntamente com a de Presidente.

Sabe-se, a propósito, que o deputado Ulysses Guimarães tem um acordo com o presidente Sarney para preservar a isonomia do atual mandato presidencial com o do próximo. Se for mantido o mandato de quatro anos, o Dr. Ulysses se verá na obrigação de renegociar o mandato de cinco anos para o próximo presidente, para quatro anos, com possibilidade de reeleição.

O deputado Ulysses Guimarães, no entanto, está sendo levado por seus pares a assumir postura de candidato inegociável e irretroatável. A estratégia do PMDB é de fortalecê-lo e apresentá-lo, como solução política de unidade do partido numa disputa sucessória que a muitos parece iminente. Para tanto, o deputado precisa apressar a Constituinte e convencer ao presidente José Sarney de que as razões permanentes de Estado são mais fortes que os compromissos em torno de disposições transitórias.